



Sindicato dos Empregados no Comércio
de Belo Horizonte e Região Metropolitana

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IBIRITÉ



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CELEBRADA ENTRE O SINDICATO DO COMÉRCIO DE CONTAGEM E IBIRITÉ E O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA, CONFORME AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

2009 / 2010

PRIMEIRA - CORREÇÃO SALARIAL

A entidade Patronal concede aos comerciários da cidade de IBIRITÉ representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, no dia 1º de julho de 2009 - data-base da categoria profissional - correção salarial a incidir sobre os salários vigentes no mês de aplicação do índice de proporcionalidade abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO DE INCIDÊNCIA DE REAJUSTE	INDICE	FATOR MULTIPLICADOR
Até Julho/08	6,00%	1,0600
Agosto/08	5,55%	1,0555
Setembro/08	5,10%	1,0510
Outubro/08	4,65%	1,0465
Novembro/08	4,20%	1,0420
Dezembro/08	3,75%	1,0375
Janeiro/09	3,30%	1,0330
Fevereiro/09	2,85%	1,0285
Março/09	2,40%	1,0240
Abril/09	1,95%	1,0195
Mai/09	1,50%	1,0150
Junho/09	1,05%	1,0105

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A presente Convenção se aplica apenas aos comerciários do município de **IBIRITÉ/MG**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na aplicação dos índices acima já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais, concedidos no período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Não poderão ser deduzidos os aumentos decorrentes de término de aprendizagem, promoção, por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

PARAGRAFO QUARTO – As eventuais diferenças salariais referentes ao mês de julho de 2009, deverão ser quitadas em parcela única juntamente com o salário de agosto.

SEGUNDA - SALÁRIO DA CATEGORIA

As partes ajustaram que o menor salário a ser pago à categoria profissional e de ingresso, a partir de 1º de julho de 2009, será de:

a) Office boy, copeiro, faxineiro, servente, empacotador, auxiliar de serviços gerais, repositor, entregador e vigia.	R\$ 485,00
b) Demais Empregados	R\$ 497,00

TERCEIRA - GARANTIA-MÍNIMA

Aos denominados Vendedores comissionistas puros e mistos, fica concedida uma garantia-mínima mensal no valor de R\$ 497,00 (quatrocentos e noventa e sete reais).

PARÁGRAFO ÚNICO

Ao vendedor comissionista puro que auferir comissão mensal em valor superior ao da garantia - mínima estipulada nesta cláusula, será concedido prêmio mensal de R\$ 64,13 (sessenta e quatro reais e treze centavos). Ao vendedor comissionista misto que auferir comissão mensal em valor superior ao da garantia - mínima estipulada nesta cláusula, será concedido prêmio mensal de R\$ 34,98 (trinta e quatro reais e noventa e oito centavos).

QUARTA

SALÁRIO MISTO - APLICAÇÃO

Os empregados que percebem salário misto (parte fixa mais comissões) terão a correção ajustada na cláusula primeira a ser aplicada somente sobre a parte fixa do salário.

QUINTA - QUEBRA-DE-CAIXA

Todo empregado que em sua jornada de trabalho exerça a função exclusivamente de caixa, deverá tê-la anotada em sua carteira de trabalho, recebendo, a título de quebra-de-caixa, o valor mensal de R\$ 40,81 (quarenta reais e oitenta e um centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso o empregador passe a adotar, a partir de 1º de julho de 2009, como norma da empresa, que não serão exigidas reposições de diferenças apuradas no caixa, ou no controle de entrega de valores, não ficará obrigado a pagar a verba a título de quebra-de-caixa.

SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Fica assegurada ao empregado-estudante, nos dias de provas escolares que coincidam com o horário de trabalho, sua ausência da empresa, 2 (duas) horas antes e até uma (01) hora após o término da prova ou exame, desde que pré-avise o empregador com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, e, depois, comprove o seu comparecimento às provas ou exames, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

SÉTIMA - UNIFORME

Fica estabelecido que o empregador fornecerá gratuitamente uniforme, ao empregado, quando de uso obrigatório, inclusive calçados, se exigido de determinado tipo.

OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas com um adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário-hora normal.

NONA - DIA DO COMÉRCIO

Fica ajustado que o **Dia do Comerciante** será comemorado na segunda-feira de Carnaval (15 de fevereiro de 2010), atribuindo-se a tal dia, efeito de feriado integral para todo o comércio de Ibirite.

DÉCIMA - ESTABILIDADE GESTANTE

Fica deferida a estabilidade provisória à empregada gestante, desde a concepção, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término da licença oficial.

DÉCIMA-PRIMEIRA ENVELOPE DE PAGAMENTO

No ato do pagamento de salários, os empregadores deverão fornecer, aos empregados, envelope ou documento similar que contenha o valor dos salários pagos e respectivos descontos.

DÉCIMA-SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO-DRT

A Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais é autorizada a fiscalizar a presente Convenção, em todas as cláusulas.

DÉCIMA-TERCEIRA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

No ato da dispensa do empregado, a empresa deverá comunicá-lo por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de concessão de aviso prévio pela empresa, o empregado poderá ser dispensado deste, se antes do término do aviso comprovar haver conseguido novo emprego, recebendo, na hipótese, apenas os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo a hipótese do Parágrafo Primeiro, fica facultado à empresa efetuar o pagamento das verbas rescisórias no primeiro (1º) dia útil imediato ao término do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Atendendo a recomendação do Ministério Público do Trabalho, fica vedada a cobrança de qualquer taxa referente à homologação dos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho.

DÉCIMA-QUARTA MENOR SALÁRIO NA FUNÇÃO

Fica garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

DÉCIMA-QUINTA ADEQUAÇÃO JORNADA DE TRABALHO

É permitido que os empregadores do comércio de Ibirite escolham os dias da semana (de 2ª feira a sábado) em que ocorrerão reduções da jornada de trabalho de seus empregados para adequá-las às 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação mensal de horas extras, pelo quais as horas extras efetivamente realizadas, pelos empregados, limitadas a (02) duas horas diárias, nos dias referidos no caput, durante o mês, poderão ser compensadas, dentro do próprio mês, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de, ao final do mês, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras, conforme previsto na cláusula 8ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso concedido, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão se constituir como crédito para a empresa, a ser descontado no mês subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO

Recomenda-se às empresas que, quando a jornada extraordinária atingir às duas horas diárias, a empresa forneça lanche, sem ônus para o empregado.

DÉCIMA-SEXTA - RECEBIMENTO DE CHEQUES

É vedado às empresas descontarem, dos salários de seus empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de clientes, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento de cheques.

DÉCIMA-SÉTIMA - FÉRIAS / 13º SALÁRIO E RESCISÃO DO COMMISSIONISTA

Para efeito de pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual, serão tomadas por base de cálculo a média das comissões percebidas nos últimos 06 (seis) ou 12 (doze) meses, a que for mais favorável.

DÉCIMA-OITAVA

ANOTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Recomenda-se às empresas que lancem na CTPS do empregado o nome do Sindicato favorecido ou as iniciais **SEC-BH-RM** quando fizerem à anotação da contribuição sindical, em vez de, simplesmente, **Sindicato da Classe**.

DÉCIMA-NONA – AUXÍLIO À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E LAZER.

As empresas contribuirão anualmente com os valores estipulados no quadro abaixo, a título de auxílio à manutenção dos serviços de assistência social e de lazer, serviços estes, mantidos pelo Sindicato Profissional aos trabalhadores e seus familiares.

Empresas com até 10 empregados	R\$ 20,00
Empresas com 11 até 50 empregados	R\$ 40,00
Empresas com 51 até 100 empregados	R\$ 80,00
Empresas com 101 até 200 empregados	R\$ 160,00
Empresas com 201 até 300 empregados	R\$ 240,00
Empresas com 301 até 400 empregados	R\$ 320,00
Empresas com 401 até 600 empregados	R\$ 420,00
Empresas com 601 até 800 empregados	R\$ 520,00
Empresas com 801 até 1000 empregados	R\$ 620,00
Empresas com mais de 1000 empregados	R\$ 720,00

Parágrafo Único

As empresas recolherão o valor mencionado nesta cláusula em favor do Sindicato dos empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, junto à Caixa Econômica Federal – Agência 0085, Op.003, Conta n. 500207-7, em impresso próprio fornecido pela Entidade Profissional, até o dia 10 (dez) do mês de novembro de cada ano, devendo encaminhar cópia da comprovação do recolhimento ao Sindicato Profissional.

VIGÉSIMA

TAXA ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS:

As empresas, como intermediárias, descontarão da remuneração de todos os seus empregados, a importância de **6,0% (seis por cento)** dos salários dos meses de **novembro de 2009 e fevereiro de 2010**, respeitado o limite máximo de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), a título de taxa assistencial, como deliberada e aprovada pela Assembléia Geral, conforme artigo 8º da Convenção 95 da OIT, recolhendo os valores em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, junto à Caixa Econômica Federal - Agência Inconfidência, Rua Curitiba, 888 - em guias fornecidas pela

Entidade Profissional, até o dia **12 (doze) do mês subsequente ao desconto**, devendo os empregadores encaminhar cópia da comprovação do recolhimento ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, acompanhada da relação dos empregados, da qual constem os salários anteriores e os reajustados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ao empregado que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente à Entidade Sindical ou mediante correspondência com AR (Aviso de Recebimento) enviada pelos Correios à Entidade Profissional, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não recolhimento dentro do prazo acarretará, à empresa, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção com base na variação do IGPM.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para aqueles empregados demitidos antes da data limite do pagamento, terão descontada a taxa assistencial em tela por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, fazendo este pagamento na mesma ocasião.

VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES

Fica vedado por este instrumento a utilização da mão-de-obra de comerciantes comissionistas para a carga ou descarga de caminhões.

VIGÉSIMA-SEGUNDA - ANTECIPAÇÃO DE SALÁRIOS - RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se às empresas que antecipem, quinzenalmente, 40% (quarenta por cento) ou mais do salário que o empregado recebeu no mês anterior.

VIGÉSIMA-TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas vinculadas a esta Convenção Coletiva se obrigam a recolher em favor do **SINDICATO DO COMÉRCIO DE CONTAGEM E IBIRITÉ**, na forma do artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal, uma importância a título de Contribuição Confederativa, para custeio do sistema confederativo da representação sindical do comércio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A contribuição Confederativa de que trata esta cláusula será estabelecida em assembléia geral da Entidade Sindical Patronal que subscreve a presente Convenção, especialmente convocada para fixar o valor a ser recolhido no mês de abril de 2010, em qualquer agência dos estabelecimentos arrecadadores indicados, através de guia própria que a Entidade Patronal beneficiária encaminhará as empresa.

No caso de a empresa, por qualquer motivo, deixar de receber a guia própria, ou no caso de não existir, na localidade, estabelecimento arrecadador indicado na guia, o recolhimento da Contribuição Confederativa poderá ser feito através de ORDEM DE PAGAMENTO, à Entidade beneficiária, observando:

SINDICATO DO COMÉRCIO DE CONTAGEM E IBIRITÉ, á Rua Manoel Teixeira de Camargos, nº 475, Contagem - conta nº 56.997-6 do Banco do Brasil, Agência Eldorado - código 2818-5 - Contagem.

VIGÉSIMA-QUARTA - SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

VIGÉSIMA-QUINTA - JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de trabalho denominado "jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, para o serviço de vigia.

PARÁFRAGO ÚNICO

Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", com 12 (doze) horas serão atendidas como normais sem incidência de adicional referido na cláusula 8ª, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial".

VIGÉSIMA SEXTA – FERIADOS

À exceção dos dias 1º de janeiro, 6ª feira da Paixão, Dia do Comerciante (2º feira de carnaval), 1º de maio e 25 de dezembro, as empresas que quiserem convencionar o labor em dias de feriados, poderão fazê-lo com SECBHRM, desde que seja convencionado, dentre os termos do acordo, concessão de plano de saúde, em favor de todos os trabalhadores da empresa.

VIGÉSIMA-SÉTIMA – SEGURO DE VIDA

Recomenda-se às empresas que façam seguro de vida em grupo e de auxílio funeral para os seus empregados, sem ônus para os mesmos.

VIGÉSIMA-OITAVA

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA E DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Recomenda-se aos empregadores conceder a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, nos termos do artigo 7º inciso XXI da Constituição Federal e da Lei 10.101 do ano de 2000, bem como seja observada as disposições da Lei 10.820 do ano de 2003 que trata sobre autorização para o desconto de prestação em folha de pagamento.

VIGÉSIMA NONA – DATA BASE

Recomenda-se que seja estudada a possibilidade de antecipação da Convenção Coletiva de 2010 para o mês de março.

TRIGÉSIMA – GRIPE A (Influenza) H1N1

Considerando a propagação da gripe influenza A (H1N1) no âmbito nacional, o levantamento do Ministério de Saúde de que as gestantes são mais suscetíveis à infecção pelo vírus causador da gripe, com conseqüências graves à saúde, necessitando-se, pois, restringir o seu contato com o público, bem como o implemento de ações preventivas voltadas à promoção da saúde das comerciárias, recomenda-se que as empresas façam a dispensa das funcionárias gestantes do exercício de suas atribuições até **08 de setembro do corrente ano**, sem prejuízo de sua remuneração, por se tratar de motivo de força nos termos do parágrafo único, inciso II, do art. 44, da Lei 8.112/1990.

TRIGÉSIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

A presente Convenção terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010, aplicando-se-lhe as pertinentes regras da Instrução nº 4 do TST o término da vigência da convenção coletiva não exclui as empresas da obrigação de cumprimento das suas cláusulas.

E, para que produza seus jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, sendo levada a registro.

Ibirité, 24 de agosto de 2009.

**SINDICATO DO COMÉRCIO
DE CONTAGEM E IBIRITÉ
EDILTON PIRES BISPO
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO
COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE
E REGIÃO METROPOLITANA
JOSÉ ALVES PAIXÃO
PRESIDENTE**